



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA E A JUNTA DE FREGUESIA DE MOSTEIROS

Nota Justificativa

A descentralização administrativa, que visa a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade de serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, concretiza-se através da celebração de acordos de delegação de competências entre os municípios e as juntas de freguesia. -----

Deste modo e considerando que: -----

- a) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, estabelece o regime jurídico das autarquias locais e da transferência de competências; -----
- b) Nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, a Câmara Municipal submete à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização (conforme o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ainda da citada Lei), a celebração de contratos Interadministrativo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, onde figurem expressamente as competências delegadas e os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao seu exercício; -----
- c) Os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 117.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e essa delegação depende de aprovação dos órgãos representativos da freguesia, a qual se consubstancia com observância do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da referida Lei; -----
- d) Conforme o determinado nos artigos 120.º e 131.º da supracitada Lei, os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias através da celebração de contratos Interadministrativo que abrangem todos os domínios dos interesses próprios das populações, com especial atenção aos serviços e atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; -----
- e) Os documentos previsionais, nomeadamente os orçamentais, para o ano de 2023, aprovados em Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2022, incluem os meios financeiros para a área da Coesão Territorial, da descentralização e de cooperação com as Juntas de Freguesia; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

- f) A proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal foi aprovada em reunião de câmara de 14 de dezembro de 2022 e autorizada pela Assembleia Municipal na sessão de 29 de dezembro de 2022; -----
- g) A proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, apresentada pela Junta de Freguesia em reunião realizada em 10 de janeiro de 2023, foi aceite e ratificada pela Assembleia de Freguesia em sessão extraordinária de 27 de janeiro de 2023. -----

É celebrado e aceite sem reservas o presente Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre: -----

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA, representada pelo seu Presidente Pedro do Nascimento Cabral, -----

E

A JUNTA DE FREGUESIA DE MOSTEIRO, representada pela seu Presidente Carlos Cabral, -----

É estabelecido o presente contrato que se rege pelas disposições a seguir exaradas: -----

Cláusula Primeira (Enquadramento Legal)

A celebração e execução do presente Contrato rege-se pelo disposto na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação e, subsidiariamente, pelo Código dos Contratos Públicos e Código do Procedimento Administrativo. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Cláusula Segunda

(Objeto)

1. É delegada na Junta de Freguesia a prática de todos os atos necessários ao exercício das competências descritas na Cláusula Quinta do presente contrato. -----
2. À Junta de Freguesia passa a caber a responsabilidade e a prossecução das atividades abrangidas nas áreas de atuação delegadas, bem como da representação e participação nas Grandes Festas do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada. -----

Cláusula Terceira

(Poder de Avocação)

O disposto em qualquer das cláusulas do presente Contrato, não prejudica o exercício do poder de avocação da competência delegada, nos termos do disposto no número 2 do artigo 49.º, do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo). -----

Cláusula Quarta

(Deveres da Junta de Freguesia)

1. Organizar e manter em pleno funcionamento os serviços e atribuições que lhe são delegadas. -----
2. Cumprir integralmente as competências objeto de delegação no presente contrato. -----
3. Respeitar toda a legislação em vigor, bem como os regulamentos municipais quando aplicáveis. -----
4. O cumprimento integral das disposições previstas na cláusula décima do presente contrato. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Cláusula Quinta (Competências Delegadas)

1. A Câmara municipal e a Junta de Freguesia concretizam a delegação de competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações. -----

2. A natureza e o tipo de competências delegadas obedecem a princípios de intangibilidade das atribuições municipais, de prossecução do interesse público, de continuidade da prestação do serviço público e de necessidade e suficiência de recursos. -----

3. São delegadas na junta de freguesia as seguintes competências materiais e funcionais: -----

a) Higiene, Limpeza e Conservação: -----

- I. Miradouros: Miradouro do Caminho Velho; -----
- II. Merendários: Merendário do Caminho Velho, Merendário da Eira velha e Merendário do Cais do Porto; -----
- III. Bebedouros: Bebedouro Caminho Velho, Bebedouro da Fonte Rivals, Bebedouro da Rua Beira Mar de Cima e Bebedouro Pico da Mafra; -----
- IV. Grotas: (não aplicável); -----
- V. Moinhos: (não aplicável);-----

b) Manutenção e Gestão de Equipamentos: -----

- I. Polidesportivo: (não aplicável); -----
- II. Campo de Futebol: Campo: (não aplicável); -----
- III. Triato do Espírito Santo: Triato Pico da Mafra, Triato das Lombas, Triato das Grotas e Triato da Banda de Além; -----
- IV. Casa Mortuária: Casa Mortuária dos Mosteiros; -----
- V. Coreto: Coreto do Largo da Igreja. -----

c) Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;-----

Beira Mar de Baixo;-----

Eira Velha;-----

Cais do Porto.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

d) Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;-----

Rua Comendador Ângelo José Dias;-----

Rua Alvares Cabral;-----

Rua da Areia;-----

Rua da Eira Velha;-----

Rua da Grotta;-----

Rua da Igreja;-----

Rua da Ponte;-----

Rua das Laranjeiras;-----

Rua das Pensões;-----

Rua de Santo Amaro;-----

Rua do Castelo;-----

Rua do Cemitério;-----

Rua Chã do Pico;-----

Rua do Porto;-----

Rua dos Moinhos;-----

Rua Dta do Pico Maфра;-----

Rua das Vinhas;-----

Rua Cais do Porto;-----

Rua da Beira Mar.-----

e) Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão: (não aplicável);-----

f) Gestão da máquina de Reverse Vending para recolha de resíduos urbanos recicláveis: (não aplicável); -----

4. É delegada, também, na Junta de Freguesia a responsabilidade de organizar a sua participação nas Grandes Festas do Divino Espírito Santo do Concelho de Ponta Delgada, comprometendo-se à sua concretização, conforme definido nos pontos 4 a 8 da Cláusula Sétima. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Cláusula Sexta

(Recursos Humanos e Patrimoniais)

Por concordância das partes contraentes, não serão transferidos quaisquer recursos humanos e patrimoniais para cumprimento das competências delegadas, com exceção, de recursos humanos na descarga e carga dos equipamentos no local do evento referido no ponto 4 da Cláusula Quinta. -----

Cláusula Sétima

(Recursos Financeiros)

1. A Câmara Municipal transfere para a Junta de Freguesia para financiamento das competências delegadas o montante de 60 054,00€ (sessenta mil e cinquenta e quatro euros), valor cabimentado sob a PRC 381/2023, compromisso 1000/2023.-----
2. A transferência da verba referida no número anterior será processada por duodécimos até ao final de cada mês, sendo os meses até à assinatura deste documento processados em simultâneo. -----
3. Em casos pontuais e devidamente justificados, a pedido da Junta de Freguesia, a Câmara Municipal de Ponta Delgada, pode autorizar o pagamento antecipado de duodécimos até ao montante máximo dos meses em falta, no período que compreende o prazo de entrega do próximo relatório, desde que a mesma não se encontre em incumprimento. -----
4. A Câmara Municipal transfere para a Junta de Freguesia, para financiamento da competência delegada no ponto 4 da cláusula Quinta, o montante a calcular com base no descrito no ponto 6. -----
5. O montante total para o financiamento da competência delegada para as 24 freguesias do Concelho de Ponta Delgada, referida no ponto 4 da Cláusula Quinta, encontra-se inscrito nos documentos previsionais para o ano de 2023. -----
6. Base para financiamento: -----
 - I. 750,00 Euros para apoio de representação da Junta de Freguesia. -----
 - II. 1000,00 Euros por cada carro de bois (sem limite do número de carros). -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

- III. 500,00 Euros por cada carro alegórico até ao máximo de 2, por freguesia sem carros de bois na representação, e 1 por freguesia com carros de bois na representação. -----
- IV. 250,00 Euros por cada folia ou grupo musical diverso (1 por freguesia). -----
7. O pagamento das verbas referidas no número anterior, será feito numa única tranche e o seu montante total será calculado em função do número e tipo de elementos que integram a representação de cada freguesia.-----
8. O pagamento referido no número anterior, está dependente do preenchimento e assinatura do documento que se anexa ao presente protocolo (Anexo I) pelos representantes da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal presentes no local aquando da realização do evento. -----
9. As receitas, que eventualmente venham a ser obtidas, relativas às atribuições delegadas, constituem receita da Junta de Freguesia. -----

Cláusula Oitava (Despesas Elegíveis)

1. Considera-se despesa elegível, a despesa efetivamente paga, perfeitamente identificada e claramente associada à concretização de uma operação, cuja natureza e data de realização respeitem o estipulado no presente contrato. -----
2. Para efeitos de justificação da aplicação das verbas transferidas, serão consideradas elegíveis as despesas decorrentes da realização das competências delegadas descritas na Cláusula Quinta . -----
3. São consideradas ainda despesas elegíveis, os apoios da Junta de Freguesia nas seguintes áreas: -----
- a) **Cultura e Tradições:** -----
- I. Grandes Festas do Espírito Santo de Ponta Delgada; -----
- II. Impérios do Espírito Santo locais; -----
- III. Semana Cultural; -----
- IV. Grupo Folclórico; -----
- V. Banda Filarmónica. -----
- b) **Desporto e Tempos Livres:** -----
- I. Clube Desportivo e /ou Recreativo; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

- II. Associações de Juventude. -----
- c) **Apoio e Promoção da Coesão Intergeracional:** -----
 - I. Centro de Convívio de Idosos: -----
 - II. Espaço TIC: -----
- d) **Ação Social:** -----
 - I. IPSS; -----
 - II. Habitação. -----
- e) **Outras Entidades sem Fins Lucrativos, ou de Interesse Público.** -----

Cláusula Nona (Assistência Técnica)

Para cumprimento das competências, a Junta de Freguesia poderá solicitar à Câmara Municipal a prestação de assistência técnica sempre que não disponha para efeito dos recursos necessários. -----

Cláusula Décima (Relatórios de Execução)

1. A Junta de Freguesia compromete-se a enviar quadrimestralmente à Câmara Municipal, relatório completo de execução das correspondentes atividades desenvolvidas, de acordo com modelo a fornecer pelo Gabinete de Relação Institucional Freguesias.-----
2. O relatório do 1.º quadrimestre deverá ser remetido até 31 de maio de 2023, o relatório do 2.º quadrimestre até 30 de setembro de 2023 e o relatório do 3.º quadrimestre até 31 janeiro de 2024. -----
3. O relatório a apresentar deverá conter as seguintes informações: -----
 - a) Descrição e identificação das ações desenvolvidas. -----
 - b) Quantificação dos valores aplicados nas referidas ações. -----
 - c) Os valores descritos nos números anteriores devem referir-se à despesa efetuada e efetivamente pagas no período a que se refere o relatório em causa. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

4. Com a não conformidade dos elementos solicitados no relatório que impeçam uma leitura clara dos objetivos pretendidos com o presente contrato, a Câmara Municipal de Ponta Delgada reserva-se o direito de solicitar informação complementar a fim de colmatar as dúvidas suscitadas. -----
5. A Câmara Municipal de Ponta Delgada reserva-se o direito de, sempre e quando achar conveniente, solicitar a apresentação dos documentos comprovativos de despesa das referidas ações. -----
6. A execução da ação referida no ponto 4 da Cláusula Quinta, está devidamente justificada pelo preenchimento e assinatura do documento mencionado no ponto 8 da Cláusula Sétima, e os valores descritos não poderão ser de novo inscritos como despesa elegível no âmbito da alínea a) do ponto 3 da Cláusula Oitava. -----

Cláusula Décima Primeira

(Controlo da Execução dos Contratos)

Para um maior rigor e clareza no controlo do cumprimento do presente contrato, a Câmara Municipal, procederá sistematicamente e periodicamente à fiscalização física da sua execução, quer no aspeto quantitativo quer qualitativo, através de equipa multidisciplinar criada especificamente com esta finalidade.-----

Cláusula Décima Segunda

(Vigência do Contrato)

1. O presente acordo terá um período de vigência até 31 de dezembro de 2023. -----
2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes públicos não determina a caducidade de contrato. -----
3. Os contraentes podem revogar o contrato por mútuo acordo. -----
4. Quando a resolução for da iniciativa da Junta de Freguesia esta obriga-se a garantir as obrigações assumidas respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal. -----
5. A cessação do contrato não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público. ---



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Cláusula Décima Terceira (Penalizações por Incumprimento)

1. Os contraentes públicos podem unilateralmente resolver o acordo por incumprimento da contraparte. ---
2. A não entrega do Relatório nos prazos estabelecidos na Cláusula Décima, implica a suspensão do pagamento de todos os restantes duodécimos, que apenas serão pagos com a entrega do relatório em falta e com a penalização de 10% do valor acumulado a pagar. -----
3. A não conformidade dos documentos referidos no n.º 5 da Cláusula Décima, implica a retenção de todas as verbas até a devida justificação e validação da mesma pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.-----
4. O Contrato pode ainda ser resolvido por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas. -----

Cláusula Décima Quarta (Inconformidades no Âmbito da Fiscalização Física)

1. Caso sejam detetadas, no âmbito da fiscalização física, inconformidades, será concedida ao incumpridor um prazo apropriado para proceder às adequadas correções, de acordo com as indicações da fiscalização. -----
2. Enquanto decorrer o prazo para realização das correções ordenadas pela fiscalização, os pagamentos de todos os restantes duodécimos serão suspensos até à verificação da sua execução. -----
3. Se as referidas correções não forem efetuadas no prazo determinado, haverá lugar à aplicação de uma penalização de 10% do valor total a pagar correspondente ao período de suspensão.-----

Cláusula Décima Quinta (Duvidas e Omissões)

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente contrato bem como as omissões que se torne necessário suprir, serão resolvidos por entendimento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

2. Em caso de desacordo quanto à interpretação a dar ou à forma de colmatar a omissão, competirá à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar a interpretação ou aprovar cláusula que suprima a lacuna. -----

Cláusula Décima Sexta (Consulta do Contrato)

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 130.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o contrato estará disponível para consulta na página do município. -----

Ponta Delgada, 14 de março de 2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Pedro do Nascimento Cabral

O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MOSTEIRO

Carlos Cabral



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ANEXO 1

Adenda ao Contrato Interadministrativo 2023

Grandes Festas do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada

A fim de dar cumprimento ao definido no Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Ponta Delgada e a Junta de Freguesia de MOSTEIRO, nomeadamente ao Ponto 4 da cláusula quinta e Pontos 4, 5, 6, 7 e 8 da cláusula oitava, preenche-se e valida-se com assinatura dos intervenientes.

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Total (1)
Representação da Junta de Freguesia		750,00€	
Carro de Bois		1000,00€	
Carro Alegórico		500,00€	
Folia		250,00€	
		Total (2)	

(1) A preencher pelos serviços do GRIF da CMPD

(2) A preencher pelos serviços do GRIF da CMPD

Ponta Delgada, 14 de março de 2023

PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

PELA JUNTA DE FREGUESIA DE MOSTEIRO